

Cume Participações Ltda.

**Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de 2023**

Conteúdo

Balancos patrimoniais	3
Demonstrações dos resultados	4
Demonstrações dos resultados abrangentes	5
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	6
Demonstrações dos fluxos de caixa	7
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	8

Cume Participações Ltda.

Balancos patrimoniais para os exercícios findos em 31 de dezembro 2023 e 2022

(Em milhares de Reais - R\$)

Ativos	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Circulantes					
Caixa e equivalentes de caixa	5	-	-	96.681	138.613
Aplicações financeiras	6	-	-	-	6.263
Contas a receber	7	-	-	180.865	145.244
Arrendamento mercantil a receber	10	-	-	59.069	62.485
Impostos a recuperar	8	-	-	6.729	17.487
Estoques	9	-	-	119.814	133.251
Partes relacionadas	16	-	-	6.214	4.401
Dividendos e juros sobre capital próprio	16	112.450	99.515	-	-
Outras contas a receber	11	-	-	13.017	20.828
Total dos ativos circulantes		112.450	99.515	482.389	528.572
Não circulantes					
Arrendamento mercantil a receber	10	-	-	24.519	74.782
Impostos a recuperar	8	-	-	366	1.159
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		-	-	19.445	19.271
Impostos diferidos		-	-	12.156	-
Depósitos judiciais	19	-	-	17.312	1.128
Partes relacionadas	16	-	-	-	11.116
Outras contas a receber	11	-	-	1.502	43.637
Investimentos	12	657.393	705.633	-	-
Ativo Financeiro		-	-	48.000	48.000
Imobilizado	13	-	-	549.225	571.990
Intangível	14	-	-	10.409	13.982
Total dos ativos não circulantes		657.393	705.633	682.934	785.065
Total dos ativos		769.843	805.148	1.165.323	1.313.637

Passivos e patrimônio líquido	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Circulantes					
Fornecedores	15	-	-	24.797	19.542
Empréstimos, financiamentos e debêntures	17	-	-	33.321	195.129
Obrigações sociais e trabalhistas		-	1	14.830	13.658
Obrigações tributárias	18	-	-	13.440	12.227
Imposto de renda e contribuição social a recolher		-	-	9.866	14.981
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	20	108.388	67.193	122.786	86.607
Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-	2.590	-
Outras contas a pagar		-	-	32.718	46.961
Total dos passivos circulantes		108.388	67.194	254.348	389.105
Não circulantes					
Impostos diferidos		-	-	8.390	2.869
Obrigações tributárias	18	-	-	-	286
Provisão para processos judiciais	19	-	-	578	861
Adiantamento para futuro aumento de capital	16	309	286	74.490	12.609
Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-	1.330	-
Outras contas a pagar		-	-	5.658	7.222
Total dos passivos não circulantes		309	286	90.446	23.847
Patrimônio líquido					
Capital social	20	280.019	280.000	280.019	280.000
Reservas de lucros retidos		381.127	457.668	381.127	457.668
Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	4	661.146	737.668	661.146	737.668
Participação de acionistas não controladores	4	-	-	159.383	163.017
Total do patrimônio líquido	4	661.146	737.668	820.529	900.685
Total dos passivos e do patrimônio líquido		769.843	805.148	1.165.323	1.313.637

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Cume Participações Ltda.
Demonstrações dos resultados
Para os exercícios findos em 31 de dezembro 2023 e 2022
(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Receita operacional líquida	22	-	-	797.889	716.061
Custos de operação e manutenção	23	-	-	(335.715)	(317.283)
Lucro bruto		-	-	462.174	398.778
Resultado de equivalência patrimonial	12	329.228	236.924	-	-
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	23	(20)	(61)	(76.236)	(71.103)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	23	11.784	-	13.861	10.592
Lucro antes do resultado financeiro		<u>340.992</u>	<u>236.863</u>	<u>399.799</u>	<u>338.267</u>
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	24	-	-	118.773	84.298
Despesas financeiras	24	-	-	(28.074)	(53.363)
Total		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>90.699</u>	<u>30.935</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>340.992</u>	<u>236.863</u>	<u>490.498</u>	<u>369.202</u>
Imposto de renda e contribuição social					
Imposto de renda e contribuição social corrente	21	-	-	(132.595)	(111.299)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	-	-	7.173	(4.358)
Incentivo fiscal do imposto de renda	21	-	-	66.043	52.015
Total		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(59.379)</u>	<u>(63.642)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>340.992</u>	<u>236.863</u>	<u>431.119</u>	<u>305.560</u>
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações - R\$				<u>1.960</u>	<u>1.389</u>
Lucro líquido do exercício atribuível a:					
Acionistas controladores				340.992	236.863
Acionistas não controladores				90.127	68.697
				<u>431.119</u>	<u>305.560</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Cume Participações Ltda.
Demonstrações dos resultados abrangentes
Para os exercícios findos em 31 de dezembro 2023 e 2022
(Em milhares de Reais - R\$)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2023</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Lucro líquido do exercício	340.992	236.863	431.119	305.560
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total do exercício	<u>340.992</u>	<u>236.863</u>	<u>431.119</u>	<u>305.560</u>
Lucro líquido do exercício atribuível a:				
Acionistas controladores			340.992	236.863
Acionistas não controladores			<u>90.127</u>	<u>68.697</u>
			<u>431.119</u>	<u>305.560</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Cume Participações Ltda.
 Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
 Para os exercícios findos em 31 de dezembro 2023 e 2022
 (Em milhares de Reais - R\$)

	Nota Explicativa	Reservas de lucros				Atribuível aos acionistas controladores	Participação dos acionistas não controladores	Total
		Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Lucros Retidos	Lucros Acumulados			
Saldos em 31 de dezembro de 2021		<u>280.000</u>	<u>38.218</u>	<u>340.260</u>	<u>-</u>	<u>658.478</u>	<u>158.244</u>	<u>816.722</u>
Aumento de participação dos minoritários SFE		-	-	-	-	-	184	184
Aumento de participação dos minoritários Sudene SFE		-	-	-	-	-	277	277
Ajuste de participação dos minoritários		-	-	-	-	-	508	508
Lucro líquido do exercício		-	-	-	236.863	236.863	68.697	305.560
Destinação do lucro:								
Reserva legal	20	-	11.843	-	(11.843)	-	-	-
Dividendos adicionais pagos	20	-	-	(101.418)	-	(101.418)	(34.658)	(136.076)
Dividendos adicionais a pagar de 2021	20	-	-	-	-	-	(11.621)	(11.621)
Dividendos mínimos obrigatórios não distribuídos	20	-	-	-	(56.255)	(56.255)	(14.379)	(70.634)
Juros sobre capital próprio	20	-	-	-	-	-	(4.235)	(4.235)
Reserva de lucros retidos	20	-	-	168.765	(168.765)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		<u>280.000</u>	<u>50.061</u>	<u>407.607</u>	<u>-</u>	<u>737.668</u>	<u>163.017</u>	<u>900.685</u>
Aumento de capital social		19	-	-	-	19	-	19
Ajuste de participação dos minoritários		-	-	-	-	-	514	514
Reorganização Societária		-	-	(7)	-	(7)	-	(7)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	340.992	340.992	90.127	431.119
Destinação do lucro:								
Reserva legal	20	-	5.943	-	(5.943)	-	-	-
Dividendos adicionais pagos de 2019	20	-	-	-	-	-	(40.251)	(40.251)
Dividendos adicionais a pagar de 2021	20	-	-	(333.764)	-	(333.764)	(19.483)	(353.247)
Dividendos mínimos obrigatórios não distribuídos	20	-	-	-	(83.762)	(83.762)	(23.685)	(107.447)
Juros sobre capital próprio	20	-	-	-	-	-	(10.856)	(10.856)
Reserva de lucros retidos	20	-	-	251.287	(251.287)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		<u>280.019</u>	<u>56.004</u>	<u>325.123</u>	<u>-</u>	<u>661.146</u>	<u>159.383</u>	<u>820.529</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Cume Participações Ltda.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro 2023 e 2022

(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício		340.992	236.863	431.119	305.560
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	23	-	-	90.679	92.030
Valor residual na baixa de ativo imobilizado e intangível		-	-	1.796	11.279
Variação cambial líquida		-	-	(8)	2.032
Encargos financeiros de empréstimos e financiamentos, líquidos do bônus de adimplência	17	-	-	15.494	44.477
Amortização do custo de captação sobre empréstimos e financiamentos	17	-	-	3.131	2.613
Rendimento de aplicações financeiras		-	-	(100)	(10.596)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	-	-	(7.174)	4.358
Atualização de juros do arrendamento mercantil financeiro	10	-	-	(8.806)	(12.821)
Perda Instrumentos Financeiros Derivativo		-	-	3.920	-
Efeito Reorganização Societária		(7)	-	(7)	-
Resultado da Equivalência Patrimonial	12	(329.228)	(236.924)	-	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber		-	-	(33.820)	54.310
Arrendamento mercantil a receber		-	-	62.491	62.572
Estoques		-	-	13.409	(9.960)
Impostos a recuperar e Imposto de renda e contribuição social a recuperar		-	-	9.057	(17.890)
Outras contas a receber		-	-	51.310	20.455
Depósitos judiciais		-	-	(16.185)	-
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores		-	(8)	3.337	(52.141)
Impostos a recolher		-	-	50.347	59.792
Obrigações sociais e trabalhistas		(1)	-	1.171	2.027
Provisão de contingências		-	-	(206)	-
Outras contas a pagar		-	-	(17.315)	42.614
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		11.756	(69)	653.640	600.711
Impostos de renda e contribuição social pagos		-	-	(53.064)	(31.623)
Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	17	-	-	(16.332)	(48.001)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		11.756	(69)	584.244	521.087
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aquisição de imobilizado e intangível	13 e 14	-	-	(65.854)	(7.429)
Aplicações financeiras		-	-	6.363	24.589
Aumento de capital social		(19)	(13)	-	-
Aumento de capital social em controladas		(11.242)	-	59.311	(3)
Recebimento de empréstimo de partes relacionadas		-	-	9.303	-
Dividendos recebidos		375.813	-	-	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		364.552	(13)	9.123	17.157
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	17	-	-	144.000	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos	17	-	-	(307.026)	(351.308)
Custo de captação adicionado	17	-	-	(1.075)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital		23	82	3.949	7.457
Dividendos pagos	20	(376.331)	-	(475.147)	(213.592)
Pagamento de empréstimo de partes relacionadas		-	-	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(376.308)	82	(635.299)	(557.443)
Redução do saldo de caixa e equivalentes de caixa		-	-	(41.932)	(19.199)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	-	-	138.613	157.812
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	5	-	-	96.681	138.613
Redução do saldo de caixa e equivalentes de caixa		-	-	(41.932)	(19.199)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Cume Participações Ltda. (“Empresa”), com sede em Salvador, Estado da Bahia, foi constituída em 14 de julho de 2005 (inicialmente como uma sociedade por ações de capital fechado), tendo por objeto social a participação no capital de outras sociedades, seja qual for seu tipo societário, bem como o exercício de atividades no setor energético em todo o território nacional. Em 31 de outubro de 2022, foi deliberada, em Ata de Assembleia Geral Extraordinária, a transformação do tipo jurídico da empresa, de sociedade por ações em sociedade empresária limitada.

A empresa possui participações societárias diretas nas seguintes empresas em 2023:

- Global Participações em Energia S.A. (“GPE”), sociedade por ações de capital fechado, com sede em Salvador, Bahia, constituída em 16 de novembro de 2005, tendo por objeto social a participação no capital de outras sociedades, bem como o exercício de atividades no setor energético em todo o território nacional. A GPE possui participação societária majoritária na TEP Termoelétrica Potiguar S.A., Companhia Energética Amazonense, Companhia Energética Candeias, Companhia Energética Potiguar, São Francisco Energia S.A. e Companhia Energética Solimões.
- Global Engenharia Ltda. (“GENG”), com sede em Salvador, Bahia, constituída em 16 de novembro de 2005, por meio da cisão parcial da Global Participações Ltda., tendo por objeto social a prestação de serviços nas áreas de gestão de serviços de engenharia; de operação de usinas geradoras de energia elétrica (termoelétricas, hidroelétricas e eólicas); e de manutenção preventiva e corretiva de máquinas e equipamentos de usinas geradoras de energia elétrica, em todo o território nacional. Em 12 de junho de 2017, ocorreu uma alteração no contrato social da controlada Global Engenharia Ltda. alterando a participação da empresa de 78% para 10%, mudando consequentemente o controle acionário.
- Global Comercializadora de Gás Natural S.A. (“GGN”), sociedade por ações de capital fechado, com sede em Salvador, Bahia, constituída em 5 de novembro de 2019, atualmente não possui atividade operacional.

A empresa possui participações societárias indiretas nas seguintes empresas em 2023:

- Companhia Energética Candeias (“CEC”), uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 10 de outubro de 2008, com sede em Candeias, Bahia, tendo por objeto social a geração e a comercialização de energia elétrica em todo o território nacional, bem como a realização de outras atividades que possam ser vinculadas ao seu propósito específico. Implantou as usinas termoelétricas (“UTE”) Global I (148,8 MW) e Global II (148,8 MW), em Candeias, decorrentes do quarto leilão de energia nova, realizado pela Aneel. Entrou em operação comercial em maio de 2010.

- Companhia Energética Potiguar (“CEP”), sociedade por ações de capital fechado, com sede em Macaíba, Rio Grande do Norte, resultante da cisão parcial da Termoelétrica Potiguar S.A., para implantação das usinas termoelétricas Potiguar (53,12 MW) e Potiguar III (66,4 MW), decorrente do segundo leilão de energia nova, realizado pela Aneel.
- São Francisco Energia S.A. (“SFE”), sociedade por ações de capital fechado, constituída em 18 de dezembro de 2015, com sede em Camaçari, Bahia, tendo por objeto social a geração e a comercialização de energia elétrica em todo o território nacional, bem como a realização de outras atividades que possam ser vinculadas ao seu propósito específico. Adquiriu da Petrobras em 2021 as Usinas Apoena, Guarani e Curumim, e detém autorização da Aneel, transferida do antigo titular para a SFE por meio das Resoluções Autorizativas n.º 10.776, n.º 10.777 e n.º 10778, todas datadas de 19 de outubro de 2021, e que autorizam a SFE a se estabelecer como PIE, implantar e explorar as referidas Unidades Termoelétricas.
- Companhia Energética Amazonense (“CEA”), sociedade por ações de capital fechado, com sede em Manaus, Amazonas, atualmente não possui atividade operacional e trata-se de uma SPE criada pela GPE em função do Segundo Leilão de Reserva de Capacidade na forma de Energia (“LRCE”), realizado em 30/09/2022, e dispõe do suprimento de gás local para o atendimento à sua geração. A UTE Manaus I, a gás natural, será instalada no município de Manaus, Estado do Amazonas. O projeto foi concebido para operar com duas turbinas a gás natural e uma turbina a vapor, em ciclo combinado, com uma potência instalada total de, aproximadamente, 162,9 MW.
- Companhia Energética Solimões (“CES”), sociedade por ações de capital fechado, com sede em Salvador, Bahia, atualmente não possui atividade operacional, e aguarda participação em leilões futuros realizados pela Aneel.
- Termoelétrica Potiguar S.A. (“TEP”), sociedade por ações de capital fechado, com sede em Salvador, Bahia, tendo por objeto social a geração e a comercialização de energia elétrica em todo o território nacional, sob a forma de Produtor Independente de Energia Elétrica (“PIE”), bem como a participação em outras empresas que tenham por objeto a geração e comercialização de energia elétrica em todo o território nacional. A TEP possui participação societária majoritária na Companhia Energética Manauara, na Água Limpa Energia S.A. e na Areia Energia S.A.
- Companhia Energética Manauara (“CEM”), sociedade anônima de capital fechado, com sede em Manaus, Amazonas. A CEM é uma UTE com capacidade instalada de 73.400 kW, operada por meio de quatro unidades motogeradoras de 18.350 kW, contando com uma quinta unidade motogeradora de contingência, nos termos Resolução Autorizativa Aneel n.º 608, de 13 de junho de 2006. A CEM iniciou suas operações em 22 de setembro de 2006.
- Toda a energia firme gerada é transferida para a Eletronorte, com base no contrato firmado em 20 de maio de 2005, com compromisso mensal de entrega de 60 MW médios e vigência de 20 anos. Findo o prazo, a usina será revertida para o patrimônio da Eletronorte.

- Devido às obrigações e direitos estabelecidos no contrato, a CEM é responsável pela operação e manutenção da usina, incluindo as manutenções preventivas e corretivas, bem como pela aquisição de insumos necessários para a geração. Por sua vez, a Eletronorte é responsável pelo fornecimento do gás natural necessário para a operação da usina.
- A Eletronorte é responsável por operar e manter os equipamentos de conexão de sua propriedade e assegurar a conexão dos pontos de entrega de energia com o sistema elétrico. A operação caracteriza-se como arrendamento financeiro, em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 06 (R2) - Arrendamentos, uma vez que o prazo do contrato se refere à maior parte da vida econômica do ativo, além de haver a transferência da propriedade da usina no fim do contrato, quando haverá uma notificação prévia à Aneel.
- Água Limpa Energia S.A. (“AGL”) é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede em Dianópolis, Tocantins. Estabeleceu-se como PIE, nos termos da Resolução Autorizativa Aneel n.º 422, de 23 de janeiro de 2006 e dispõe de uma pequena central hidrelétrica (“PCH”) no rio Palmeiras, com 14 MW de potência instalada. A PCH AGL entrou em operação comercial em 21 de dezembro de 2010, nos termos do Despacho Aneel n.º 3.968, de 20 de dezembro de 2010, pelo prazo de 20 anos e vigência até 8 de novembro de 2033, no âmbito da primeira etapa do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), podendo ser prorrogada, a pedido da AGL e a critério da Aneel, em conformidade com o previsto no § 1.º-A do Art. 2.º da Lei 12.783/2013.
- Areia Energia S A. (“ARE”) é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede em Dianópolis, Tocantins. Estabeleceu-se como PIE, nos termos da Resolução Autorizativa Aneel n.º 421, de 23 de janeiro de 2006 e dispõe de uma PCH no rio Palmeiras, com 11,4 MW de potência instalada. A PCH Areia entrou em operação comercial em 24 de fevereiro de 2011 nos termos do Despacho Aneel n.º 838, de 24 de fevereiro de 2011, pelo prazo de 20 anos e vigência até 21 de janeiro de 2034, no âmbito da primeira etapa do Proinfa, podendo ser prorrogada, a pedido da ARE e a critério da Aneel, em conformidade com o previsto no § 1.º-A do Art. 2.º da Lei 12.783/2013.
- Para as PCHs, não havendo prorrogação, os bens e as instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União mediante indenização dos investimentos ainda não amortizados no balanço regulatório, ou poderá ser exigido que a autorizada restabeleça, por sua conta, o livre escoamento das águas. Para determinação do montante da indenização a ser paga, serão considerados os valores dos investimentos posteriores, aprovados e realizados, não previstos no projeto original, e a depreciação regulatória apurada por auditoria do Poder Concedente, conforme determina o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) da Aneel.

1.1 Continuidade Operacional

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração

destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que haja intenção de cessar suas operações e liquidar a empresa e suas controladas.

A controlada indireta CEM possui contrato de arrendamento com a Eletronorte encerrando em maio de 2025 quando, conforme previsto, terá que reverter todos os ativos atrelados ao contrato de arrendamento a arrendatária (nota explicativa 1).

As controladas diretas CEC e CEP engajaram-se num leilão de reserva de capacidade para a contratação de potência elétrica e de energia associada. Inicialmente, a participação foi questionada com base numa restrição ao Custo Variável Unitário (CVU), especificamente um teto máximo de R\$ 600,00/MWh. A restrição foi contestada pelas Controladas, resultando na concessão de liminar pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) que permitiu que continuassem no leilão, enquanto aguardavam uma decisão mais definitiva, tendo as Controladas vencido o certame.

Posteriormente, após rejeição do Mandado de Segurança quando fora concedida a liminar, a situação evoluiu para o Supremo Tribunal Federal (STF), onde os argumentos contra a limitação do CVU foram definitivamente acolhidos. No Recurso Ordinário apresentado ao STF, sob o número RMS 38642 e RMS 38777, a 2.^a Turma do STF julgou a favor das Controladas, reconhecendo a ilegalidade da imposição do limite do CVU sem o processo devido de audiência pública. Essa decisão judicial confirmou o direito de participar do leilão, removendo obstáculos à qualificação com base na questão do CVU.

Posteriormente, foram opostos Embargos de Declaração pela União e pela Petrobras, com a intenção de revisar a decisão favorável às Controladas, rejeitados pela 2.^a Turma do STF em 09/04/2024. Tal rejeição reafirmou a decisão anterior e assegurou de maneira mais firme a posição das Controladas no leilão.

A Cume deseja enfatizar que a opinião dos seus consultores jurídicos responsáveis pela demanda leva a crer que a finalização e assinatura dos contratos decorrentes do leilão estão agora praticamente asseguradas, pendentes apenas de formalidades temporais. Esse desfecho positivo reforça a estratégia de expansão e solidifica a posição financeira, operacional e estratégica dentro do mercado de energia.

A CEP planeja suspender suas atividades em janeiro de 2024 retomando a operação, para os novos contratos do Leilão de Reserva de Capacidade (LRC), a partir de julho de 2026 até junho de 2041.

A controlada indireta, SFE, prevê a suspensão das operações conforme o término dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEARs) em janeiro de 2024.

Baseada em sua análise, a Administração está convencida de que, apesar de uma redução significativa de suas operações a partir de 2024, conforme mencionado acima, manterá as operações e investimentos necessários nas controladas (exceto SFE), como também continuará o desenvolvimento de negócios, como a UTE Manaus I na CEA, e a prospecção de novas oportunidades no setor energético. Adicionalmente, a Administração confirma que poderá cumprir todas as obrigações assumidas com bancos, fornecedores e demais credores das operações com expectativa de encerramento, com base nas projeções financeiras, materializadas em planejamento de fluxos de caixa da empresa e em seu plano plurianual de negócios.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e as normas da Aneel, quando estas não forem conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Autorização da conclusão das demonstrações financeiras

A Diretoria da empresa autorizou a emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 17 de abril de 2024, as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até essa data que pudessem ter efeito sobre as demonstrações. Após essa data, as alterações somente poderão ser efetuadas pelo Conselho de Administração.

Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda da empresa. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados. As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentadas nas seguintes notas:

<u>Nota</u>	<u>Estimativa e julgamentos significativos</u>
1	Contexto Operacional – Continuidade operacional
10	Arrendamentos CPC 06 (R2)
13	Imobilizado – Perdas por Redução ao Valor Recuperável (“ <i>Impairment</i> ”)

Mensuração a valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Empresa tem

acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*).

As políticas e divulgações contábeis da Empresa requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Empresa estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo.

Isso inclui uma equipe interna de avaliação que possui a responsabilidade de revisar por meio de seus modelos todas as mensurações significativas de valor justo.

A avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos. A expertise da Empresa e as práticas utilizadas no setor de energia são ferramentas para mensuração do valor justo. A equipe interna de avaliação analisa as evidências obtidas para apoiar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Quando disponível, a Empresa mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Empresa utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

3 Sumário das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis estão descritas a seguir e foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados.

Base para consolidação

As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Controladora obteve controle.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora Cume, as informações financeiras

das controladas são reconhecidas por meio do método da equivalência patrimonial.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas, custos ou despesas não realizadas, são eliminadas. Ganhos não realizados oriundos de transações como investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da controladora nas controladas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Empresa se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos Financeiros

Os ativos financeiros não foram reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR (Valor Justo por meio de Resultado):

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Empresa realiza anualmente uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Incluem-se questões de: estratégia da Administração quanto aos juros contratuais, a manutenção das taxas de juros, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho operacional é avaliado e reportado à Administração da Empresa;

- os riscos que afetam o desempenho do modelo de e a maneira como aqueles riscos são gerenciados.

Ativos financeiros – Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

O ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Empresa considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Empresa considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Empresa a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Empresa mantém os instrumentos financeiros classificados como ao custo amortizado.

Custo amortizado

Os instrumentos financeiros incluídos nesse grupo são saldos provenientes de transações comuns como contas a receber de clientes, depósitos judiciais, fornecedores, empréstimos e financiamentos e caixa e equivalentes de caixa mantido pela Empresa. Todos estão registrados pelos seus valores nominais acrescidos, quando aplicável, de encargos e taxas de juros contratuais, cuja apropriação das despesas e receitas é reconhecida ao resultado do exercício.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Caixa e equivalentes a caixa

São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com investimento em até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez

imediate ou conversível em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Contas a receber

Representadas pelos respectivos valores de realização, podendo incluir, caso seja necessário, a provisão para créditos de liquidação duvidosa, cujo cálculo é baseado em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber, conforme método de alocação exigido de acordo com o CPC 48. A perda estimada para crédito de liquidação duvidosa é constituída com base numa análise prospectiva dos saldos vencidos e a vencer com base no histórico de perda com clientes, em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.

Arrendamento

Arrendador

A classificação dos contratos de arrendamento é realizada no momento da sua contratação. Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais são registrados como despesa do exercício pelo método linear, durante o exercício do arrendamento.

Os arrendamentos nos quais a Empresa retém, substancialmente, os riscos e as recompensas da propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Eles são capitalizados no balanço patrimonial no início do arrendamento pelo menor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

No caso da controlada CEM, o seu parque gerador está contratado para o fornecimento exclusivo de energia elétrica para a Eletronorte e, no fim do contrato, esses bens serão transferidos à contratante.

O contrato com a Eletronorte, entre outras condições, representou a transferência de riscos e benefícios relevantes e, portanto, configurou-se como um contrato de arrendamento financeiro. Na contabilização inicial, o valor presente dos fluxos de receita do contrato apurado foi contabilizado como arrendamento a receber, utilizando-se uma taxa de 8,08% ao ano, que equivale ao custo médio de captação de recursos obtidos pela controlada em contrapartida do patrimônio líquido.

Nos exercícios seguintes, o saldo a receber é ajustado pelos recebimentos das parcelas da contratante e atualizado pela taxa de juros anteriormente aplicada na apuração do seu ajuste a valor presente, reconhecendo a variação do Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M) sobre os valores a receber, com base em cláusula contratual. A contrapartida da atualização pelos juros é contabilizada em receita financeira.

Estoques

São registrados pelo custo de aquisição ou valor realizável líquido, dos dois o menor, e sua realização se dá através da média ponderada do custo de aquisição. São apropriados ao resultado do exercício como custo dos serviços prestados por ocasião do consumo ou da obsolescência. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Os bens do ativo imobilizado são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição, construção ou formação, incluindo encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada, e, quando aplicável, pelas perdas de redução ao valor recuperável acumulada.

Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Empresa.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo, calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo, é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Depreciação

A depreciação acumulada é calculada a taxas que levam em conta a vida útil dos bens, conforme definida no MCPSE anexo à Resolução Aneel n.º 474/12, desde que limitada ao prazo de autorização como produtor independente de energia. A vida útil econômica dos ativos e/ou os métodos de depreciação são revistos anualmente e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

Anualmente a Empresa revisa os valores contábeis de seus ativos financeiros e não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Instrumentos financeiros

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Empresa considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Empresa, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (*forward-looking*).

A Empresa presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso e, portanto, com base em suas análises não identificou indicadores que pudessem reduzir o valor de realização de seus ativos.

Instrumentos não financeiros

O valor recuperável de um ativo imobilizado é o maior entre o valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais do mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. O valor recuperável de um ativo deve ser estimado para cada uma das unidades que geram caixa (UGC). Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. A Empresa avalia, ao menos na data do balanço, se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

Intangível

Formado por gastos com direitos de outorga, de uso de software e de direito de passagem, que são amortizados pelo método linear de acordo com o critério mencionado na nota explicativa n.º 14.

Foi reconhecido um ativo intangível pela repactuação do risco hidrológico ao valor justo (R\$ 4.152 - ARE e R\$ 5.565 - AGL), considerando as informações calculadas pela CCEE e Aneel e observando os aspectos e condições previstas no CPC04 – Ativo Intangível. O valor está sendo amortizado à taxa de 4,85% (5,40%, em 2022) para ARE e 3,93% (5,46%, em 2022) para AGL, ao ano, até 2045 e não foi afetado pelo recálculo do prazo de extensão. Em dezembro de 2023, já havia sido amortizado o montante de R\$ 201 (R\$ 224, em 2022) na ARE e R\$ 272 (R\$ 287, em 2022) na AGL. Ver nota explicativa n.º 1.

Empréstimos, financiamentos e debêntures

Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, deduzidos dos custos de transação incorridos na captação dos recursos e acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos previstos em contrato.

Os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures compreendem juros e outros encargos incorridos. Quando diretamente relacionados à aquisição, construção ou formação de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos e financiamentos são registrados como despesa no exercício em que são incorridos.

Subvenção e assistência governamentais

Uma subvenção governamental é reconhecida no resultado ao longo do exercício, confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições do pronunciamento técnico CPC 07 - Subvenções e Assistências Governamentais.

A controlada CEM possui os benefícios da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC) para reembolso da conversão dos motogeradores até o fim do contrato e o benefício da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) para geração de energia, correspondente à redução de 75% do imposto de renda calculado sobre o lucro da exploração.

As controladas SFE, CEP, CEC e CEM gozam de benefício fiscal para investimento na Região Norte/Nordeste (SUDAM/SUDENE) para geração de energia, correspondente a redução de 75% do imposto de renda calculado sobre o lucro da exploração, com vigência de dez anos a partir de 2007, renovável por igual período. As controladas SFE, CEP, CEC e CEM efetuaram a renovação dos benefícios em mais 10 anos. O valor do incentivo é registrado como receita no resultado, durante o período necessário para confrontar com a despesa que o benefício fiscal pretende compensar e, posteriormente, é destinado à reserva de incentivo fiscal no patrimônio líquido.

As controladas SFE, CEP, CEC e CEM fazem uso do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) com base na lei de incentivo fiscal n.º 8.313/91, destinando até 4% do imposto devido para esse fim.

Benefício fiscal do ICMS

A controlada CEP usufrui do benefício fiscal do ICMS/RN, de redução progressiva de alíquota sobre o consumo de óleo diesel na geração de energia termelétrica, podendo reduzir a alíquota de 18% para 12% ou 7% a depender do volume mensal consumido, conforme Art. 87, XVIII do Regulamento do ICMS do Estado do Rio Grande do Norte (Decreto n.º 13.640/1997), dispositivo este incluído através do Decreto n.º 20.797/2008.

Imposto de renda e contribuição social - Corrente

As despesas de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos correntes e diferidos.

Para as controladas SFE, CEP, CEC e CEM, tributadas com base no lucro real, as alíquotas aplicáveis são de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para IRPJ e 9% sobre o lucro tributável para CSLL, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Nos exercícios de 2023 e 2022, as controladas GENG, AGL e ARE adotaram o lucro presumido como forma de apuração tributária.

As alíquotas para a presunção do lucro são de 8% para base de cálculo do IRPJ e 12% para base de cálculo da CSLL aplicáveis sobre a receita bruta das Controladas; sobre tais bases aplicam-se as alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre a base tributável excedente a R\$ 240, para IRPJ e 9% sobre a base tributável para CSLL, assim como determina a legislação tributária aplicável a empresas enquadradas no lucro presumido.

Incluem-se na base de cálculo do IRPJ e da CSLL as receitas financeiras incorridas no período; essas não possuem margem para redução de lucro, aplicando-se diretamente as alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre a base tributável excedente a R\$ 240, para IRPJ e 9% sobre a base tributável para CSLL.

Imposto de renda e contribuição social – diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos

O tributo diferido das controladas SFE, CEP, CEC e CEM são reconhecidos com base nas diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os

valores correspondentes usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis aplicáveis. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos resultados projetados da Empresa.

Periodicamente, os valores contabilizados são revisados e os efeitos, considerando os de realização ou liquidação, estão refletidos em consonância com o disposto na legislação tributária.

Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto do fluxo de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Uma provisão deve ser reconhecida quando a Empresa e suas Controladas:

- a) tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado;
- b) seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e
- c) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas como base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

Reconhecimento da receita

O contrato de comercialização de energia elétrica é realizado no ambiente regulado, estando integralmente registrado na CCEE, responsável pela contabilização e liquidação do sistema interligado nacional.

Para as controladas PCHs

A comercialização de energia elétrica é realizada no Ambiente de Comercialização Regulado (ACR), sendo resultado da primeira etapa do Proinfa, de modo que o preço da energia foi estabelecido no processo licitatório e anualmente é reajustado por IGP-M. Os contratos Proinfa foram firmados com a Eletrobras que, por sua vez, possui os volumes registrados na CCEE, responsável pela contabilização e liquidação do sistema interligado nacional. Os custos do Proinfa são rateados entre todas as classes de consumidores finais atendidas pelo Sistema Elétrico Interligado Nacional, proporcionalmente ao consumo verificado.

As controladas ARE e AGL possuem receita fixa correspondente ao produto do preço pela energia contratada. Ocorre que a ARE e AGL participam do MRE, onde é compartilhado o risco hidrológico com as demais usinas participantes desse mecanismo. Desse modo, as medições do

MRE são realizadas mensalmente pela CCEE e contabilizadas pelas PCHs por competência e, no fim do ano, o saldo é dividido em 12 parcelas e deduzido ou acrescido nas faturas do ano subsequente.

O reconhecimento contábil da receita decorre dos valores a serem faturados ao cliente de acordo com a metodologia e preço estabelecido no contrato com a Eletrobras, somado aos ajustes financeiros resultantes do MRE e contabilização na CCEE.

Os mecanismos explicados acima resultam em um tipo de fluxo de receita, como segue:

- **Receita com venda de energia:** refere-se à integralidade da energia contratada pela Eletrobras (preço x energia contratada).

A receita de fornecimento de energia é reconhecida no resultado em virtude de sua realização pela competência, com base nos valores estabelecidos no contrato de compra e venda de energia no âmbito do Proinfa. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Para as termoelétricas

A medição contábil do volume de energia a ser faturado resulta do processamento da medição física (geração), ajustada às perdas proporcionais relacionadas ao sistema informadas pela CCEE.

O reconhecimento contábil da receita decorre dos valores a serem faturados ao cliente de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustados aos montantes de energia efetivamente gerados, quando aplicável.

Os contratos de comercialização de energia elétrica são realizados nos ambientes comerciais abertos e regulados do Brasil, estando integralmente registrados na CCEE, agente responsável pela contabilidade e liquidação do sistema integrado nacional.

Esses ajustes decorrem dos mecanismos da CCEE que verificam a exposição líquida das controladas (venda, geração e compras), denominados balanço de energia, que credita ou debita a diferença entre a venda da Companhia e a geração efetiva, geralmente pelo valor do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

A receita é reconhecida na extensão em que se transfere o controle do produto ou serviço e quando puder ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. As controladas avaliam as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se estão atuando como agente ou principal e concluíram que estão atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

Os mecanismos explicados acima para as controladas CEP, CEC e SFE resultam em dois tipos de fluxos de receita, como segue:

- **Receita com venda de energia contratada por disponibilidade** (obrigações de desempenho ao longo do tempo): refere-se à receita fixa, reconhecida pelo contrato de disponibilidade da usina. Corresponde assim ao valor de remuneração anual da

Companhia apresentado no leilão, que inclui, na determinação do preço de venda e na receita auferida, a recuperação de alguns custos.

- **Receita com venda de energia (obrigação de desempenho em momento do tempo):** refere-se à receita variável. Toda a energia firme gerada é transferida para as distribuidoras, conforme despacho da CCEE. A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com as distribuidoras.

Na controlada CEM

Os mecanismos explicados acima resultam em dois tipos de fluxos de receita, como segue:

- **Receita com venda da potência contratada (obrigações de desempenho ao longo do tempo):** refere-se à receita fixa, reconhecida pelo contrato de disponibilidade da usina. Corresponde assim ao valor de remuneração anual da Companhia apresentado no leilão, que inclui, na determinação do preço de venda e na receita auferida, a recuperação de alguns custos, dentre eles: (i) custo e remuneração do investimento (taxa interna de retorno); (ii) custos de conexão e uso do sistema de distribuição e transmissão; (iii) custos de seguros e garantias da usina; e (v) tributos e encargos diretos e indiretos necessários à execução do objeto dos contratos de venda de energia elétrica.

As receitas oriundas dos reembolsos dos custos com operação e manutenção e combustíveis são reconhecidas progressivamente quando os riscos significativos e os benefícios relacionados com a energia elétrica são transferidos para o comprador, após sua autorização formal, conforme previsto em contrato mencionado na nota explicativa n.º 1.

- **Receita com venda de energia:** refere-se à receita variável. Toda a energia firme gerada é transferida para a Eletronorte, com compromisso mensal de entrega de 60 MW médios.

Adoção de pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos novos e/ou não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ('CPC') que estão em conformidade com o contexto operacional e financeiro da Companhia e suas controladas são os seguintes:

a) Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor:

<u>Pronunciamento</u>	<u>Descrição</u>
Alterações ao CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Financeiras	As alterações modificam as exigências contidas no CPC 26 com relação à divulgação das políticas contábeis. As alterações substituem todos os exemplos do termo 'principais políticas contábeis' por 'informações materiais da política contábil'. As informações da política contábil são materiais se, quando consideradas em conjunto com outras informações incluídas nas demonstrações financeiras de uma entidade, puderem razoavelmente influenciar as decisões dos principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral, tomadas com base nessas demonstrações financeiras.
Alterações ao CPC 32 Tributos sobre o Lucro —	As alterações introduzem uma exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial. De acordo com as alterações, a Companhia não

Impostos Diferidos relacionados com Ativos e Passivos decorrentes de uma Única Transação	aplica a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam em diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares. Dependendo da legislação tributária aplicável, diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares podem surgir no reconhecimento inicial de um ativo e passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável.
Alterações ao CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros — Definição de Estimativas Contábeis	As alterações substituem a definição de mudança nas estimativas contábeis pela definição de estimativas contábeis. De acordo com a nova definição, estimativas contábeis são “valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza na mensuração”. A definição de mudança nas estimativas contábeis foi excluída.

No exercício corrente a Companhia aplicou uma série de alterações aos Pronunciamentos Contábeis que são obrigatoriamente válidas para um período contábil que se inicie em ou após 1.º de janeiro de 2023. A sua adoção não teve impacto significativo nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras.

b) Alterações em pronunciamentos com vigência a partir de 2023:

<u>Norma</u>	<u>Descrição da Alteração</u>
Alterações ao CPC 36 (R3) e ao CPC 18 (R2)	Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto
Alterações ao CPC 26 (R1)	Classificação do Passivo como Circulante ou Não Circulante
Alterações ao CPC 40	Acordos de Financiamento de Fornecedores
Alterações ao CPC 2	Passivo de arrendamento em uma transação de “Sale and Leaseback”
Alterações à CPC 09	Demonstração do valor adicionado

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não adotou as novas normas acima listadas, já emitidas e ainda não aplicáveis. A Administração não espera que a adoção dessas normas listadas acima tenha impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros.

4 Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Empresa e de suas controladas diretas e indiretas, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

	Percentual de participação			
	2023		2022	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
<i><u>Holding</u></i>				
Global Participações em Energia S.A.	95,64%	-	95,64%	-
TEP - Termoelétrica Potiguar S.A.	-	85,69%	-	85,69%
<i><u>Pequenas centrais hidroelétricas (PCH)</u></i>				
Água Limpa Energia S.A.	-	59,51%	-	59,51%
Areia Energia S.A.	-	59,51%	-	59,51%
<i><u>Termoelétricas (UTE)</u></i>				
Companhia Energética Potiguar	-	85,12%	-	85,12%
Companhia Energética Candeias S.A.	-	85,12%	-	85,12%
Companhia Energética Manauara	-	85,28%	-	85,28%
São Francisco Energia S.A.	-	85,12%	-	85,88%
Companhia Energética Amazonense	-	95,64%	-	-
Camaçari RJ Participações S.A.	-	-	-	95,64%
Companhia Energética Solimões	-	95,64%	-	-
<i><u>Comercializadora</u></i>				
Global Comercializadora de Gás Natural S.A.	95%	-	95%	-
<i><u>Engenharia</u></i>				
Global Engenharia Ltda.	10%	-	10%	-

O exercício social das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da controladora e as políticas contábeis foram aplicadas uniformemente nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. Todos os saldos e transações entre as empresas e saldos residuais de ativo diferido da controlada e controladas indiretas foram eliminados na consolidação.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado	
	2023	2022
Caixa e bancos	168	147
Aplicações financeiras de alta liquidez	96.513	138.466
Total	96.681	138.613

As aplicações financeiras correspondem a operações de curto prazo realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração que varia de 70% a 113,86% da remuneração do CDI (70% a 113,86% da remuneração do CDI em 2022).

6 Aplicações financeiras

	Consolidado	
	2023	2022
Banco do Brasil S.A.	-	6.263

Aplicação financeira de curto prazo da controlada CEM com o Banco do Brasil, vinculada ao pagamento de juros e parcelas do financiamento com esse banco, conforme a nota explicativa nº 17, lastreada em CDB remunerado à taxa fixa de 2,63% a.a.

7 Contas a receber

	Consolidado	
	2023	2022
Valores a vencer	76.066	71.014
Valores a faturar	104.799	74.230
Total	180.865	145.244

Para as controladas CEM, AGL e ARE, os saldos a receber são, em sua totalidade, com a Eletronorte e ENBPARG (Proinfra), sem valores vencidos, apenas valores a vencer em menos de dois meses.

Já para as controladas CEP, CEC e SFE os valores a receber correspondem à disponibilidade e ao fornecimento de energia elétrica, conforme Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado, com prazo de vencimento inferior a 60 dias e venda de energia no Mercado de Curto Prazo (“MCP”), na modalidade *spot*. Os valores a faturar correspondem às medições reconhecidas por competência e os valores a vencer correspondem às faturas já emitidas, no prazo de vencimento.

O último bimestre de 2023 registrou um aumento no consumo de energia devido à onda de calor que atingiu o país, resultando em um significativo aumento nos valores a receber em comparação com 2022, devido ao despacho das usinas de geração flexível.

Após análises, a Companhia e suas controladas não identificaram a necessidade de constituir provisão para perdas esperadas, uma vez que os saldos vencidos e não recebidos são mitigados

por contratos de garantias financeiras. Além disso, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela CCEE, que controla a inadimplência entre os participantes setoriais, diminuindo o risco de crédito nas transações.

8 Impostos a recuperar

	Consolidado	
	2023	2022
IRRF	3.008	-
PIS	1.619	570
COFINS	2.365	17.935
Outros	103	141
Total	<u>7.095</u>	<u>18.646</u>
Circulante	6.729	17.487
Não circulante	366	1.159
Total	<u>7.095</u>	<u>18.646</u>

Os saldos de PIS e COFINS são oriundos, substancialmente, da controlada CEM e referem-se às retenções de recebimentos da Eletronorte, os quais são compensados com obrigações de tributos federais. Com base em projeções, a Administração espera que todos os saldos de impostos a recuperar sejam compensados ao longo de 2023.

9 Estoques

	Consolidado	
	2023	2022
Combustível	38.582	56.789
Almoxarifado de peças para manutenção	78.216	74.198
Outros estoques	3.016	2.264
Total	<u>119.814</u>	<u>133.251</u>

Embora tenham sido pouco solicitadas a gerar em 2023, as controladas CEC e CEP mantêm seus estoques de combustível para atender a uma possível demanda de geração de energia.

As controladas SFE, CEC e CEP realizam inventários e inspeções regularmente e não identificaram a necessidade de constituição de provisão para eventuais perdas, uma vez que se mostram irrelevantes e controláveis.

10 Arrendamento a receber

Com base nas considerações da nota explicativa n. 1, a controlada CEM reconheceu, pelo valor presente das contraprestações em aberto, o instrumento financeiro decorrente do arrendamento, líquido de impostos, como contas a receber.

A tabela a seguir apresenta uma análise de vencimento dos recebíveis de arrendamento, demonstrando os pagamentos não descontados do arrendamento que serão recebidos após a data base:

	Consolidado	
	2023	2022
<u>Ano de vencimento</u>		
2023	-	62.485
2024	62.385	62.385
2025	26.178	26.178
Subtotal	88.563	151.048
Ajuste ao valor presente	(4.975)	(13.781)
Total	83.588	137.267
Circulante	59.069	62.485
Não circulante	24.519	74.782
Total	83.588	137.267

A movimentação do saldo está apresentada a seguir:

Saldos em 01 de janeiro de 2022	187.028
Reversão de ajuste a valor presente	12.821
Baixa por realização	(62.582)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	137.267
Reversão de ajuste a valor presente	8.806
Baixa por realização	(62.485)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	83.588

Em 31 de dezembro de 2023, a controlada CEM reconheceu uma receita de juros sobre recebíveis de arrendamento de R\$ 8.806 (R\$ 12.821 em 2022).

11 Outras contas a receber

	Consolidado	
	2023	2022
Pesquisa e desenvolvimento	1.502	10.334
Adiantamento a funcionários	73	241
Adiantamento a fornecedor	2.481	318
Despesas antecipadas	3.368	2.909
MRE - Mecanismo de Realocação de Energia	-	49
Receita de subrogação - CPC48 (a)	5.944	50.154
Outras contas a receber	1.151	460
Total	14.519	64.465
Circulante	13.017	20.828
Não circulante	1.502	43.637
Total	14.519	64.465

- (a) A CEM registrou todos os custos de conversão de motores e reconheceu um crédito relativo a reembolso da CCC. Essa transação será recebida mensalmente até maio de 2025.

12 Investimentos

Participação em sociedades controladas

	2023					
	Quantidade de ações	Participação da Cume	Capital Social	Patrimônio Líquido	Dividendos	Lucro líquido
GPE	22.898.123	95,64%	306.320	687.131	(405.108)	342.892
GENG	1.256.400	10,00%	1.256	1.256	(12.999)	12.999
GGN	100.000	95,00%	154	100	-	(15)

	2022					
	Quantidade de ações	Participação da Cume	Capital Social	Patrimônio Líquido	Dividendos	Lucro líquido
GPE	22.898.123	95,64%	294.000	737.574	(199.053)	246.839
GENG	1.256.400	10,00%	1.256	1.256	(8.611)	8.611
GGN	100.000	95,00%	139	100	-	(13)

Movimentação dos investimentos em controladas:

	Controladas			
	GPE	GENG	GGN	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	659.715	125	95	659.935
Aumento de capital	-	-	13	13
Resultado de equivalência patrimonial	236.076	861	(13)	236.924
Dividendos recebidos	(190.378)	(861)	-	(191.239)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	705.413	125	95	705.633
Ajuste Participação Minoratários	(515)	-	-	(515)
Aumento de capital	11.784	-	15	11.799
Resultado de equivalência patrimonial	327.941	1.300	(14)	329.227
Dividendos recebidos	(387.452)	(1.299)	-	(388.751)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	657.172	126	95	657.393

13 Imobilizado

	Terrenos	Edificações, obras civis e benfeitorias	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Reservatório, barragens e adutoras	Computadores e periféricos	Adiantamento a fornecedor e Almoarifado	Imobilizado em curso	Veículos	Monstagens e instalações	Total
Taxa de depreciação anual	4,34% (*)	4,16% (*)	10%	8,26% (*)	4,37% (*)	20%	(a)	-	20%	-	
Custo corrigido											
Saldos em 31 de dezembro de 2021	9.738	287.320	2.345	743.366	97.231	3.021	34.758	7.566	283	4.905	1.190.533
Adições	202	403	105	2.649	-	445	22.079	435	-	206	26.524
Baixa	(688)	(1.647)	(17)	(18.924)	-	(49)	(21.574)	(48)	-	(1.421)	(44.368)
Transferências	7.041	3.017	145	(1.111)	-	202	(1.843)	(7.578)	(14)	141	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	16.293	289.093	2.578	725.980	97.231	3.619	33.420	375	269	3.831	1.172.689
Adições	35	-	30	336	-	335	38.689	25.873	243	196	65.737
Baixa	-	-	(7)	(16)	-	(84)	-	(1.941)	(65)	(2)	(2.115)
Transferências	-	7	3	155	-	14	-	(179)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	16.328	289.100	2.604	726.455	97.231	3.884	72.109	24.128	447	4.025	1.236.311
Depreciação acumulada											
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(905)	(91.682)	(1.692)	(367.262)	(48.314)	(2.152)	-	-	(235)	(852)	(513.094)
Adições	(34)	(12.780)	(216)	(71.419)	(1.735)	(477)	-	-	(12)	(1.020)	(87.693)
Baixa	-	-	18	44	-	26	-	-	-	-	88
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(939)	(104.462)	(1.890)	(438.637)	(50.049)	(2.603)	-	-	(247)	(1.872)	(600.699)
Adições	(32)	(11.927)	(221)	(70.314)	(2.404)	(459)	-	-	(58)	(1.036)	(86.451)
Baixa	-	-	-	1	-	7	-	-	55	1	64
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(971)	(116.389)	(2.111)	(508.950)	(52.453)	(3.055)	-	-	(250)	(2.907)	(687.086)
Saldos líquidos 31 de dezembro de 2023	15.357	172.711	493	217.505	44.778	829	72.109	24.128	197	1.118	549.225
Saldos líquidos 31 de dezembro de 2022	15.354	184.631	688	287.343	47.182	1.016	33.420	375	22	1.959	571.990

(*) As controladas AGL, ARE e SFE realizam o cálculo da depreciação acumulada por meio das taxas que levam em conta a vida útil dos bens, conforme definida no MCPSE anexo à Resolução Aneel nº 474/12, desde que limitada ao prazo de autorização como produtor independente e/ou contrato. A vida útil-econômica dos ativos e/ou os métodos de depreciação são revistos anualmente e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. As controladas CEC, CEP e CEM adotaram as taxas médias anuais de depreciação conforme mencionado na nota explicativa ° 3.

a) Transferência do Imobilizado para adiantamento a fornecedor dos adiantamentos já baixados referentes à conversão dos motores e registrados como custos operacionais. Estoque com expectativa de utilização com mais de 12 meses, conforme estabelece o Pronunciamento CPC 27 – Imobilizado, item 8.

Perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*)

A Empresa revisa anualmente os valores contábeis dos ativos imobilizados para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra indicação, o valor recuperável do ativo é estimado com base no teste de recuperabilidade dos ativos para constatar se esse potencial incremento no valor total do ativo seria recuperável. A Empresa não identificou indícios de *Impairment* para 31 de dezembro de 2023.

14 Intangível

	Taxas anuais de amortização	2023		2022	
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
<u>Consolidado</u>					
Direito de uso de software	20%	2.937	(2.771)	166	297
Direito de passagem - servidões	4,8%	1.797	(1.664)	133	263
Direitos de outorga	4,8%	4.100	(2.532)	1.568	1.763
Direito das autorizações	8,1% e 8,3%	9.717	(1.173)	8.542	9.015
Direito de contratos - clientes	7,3%	653	(653)	-	292
Outros		2.352	(2.352)	-	2.352
Total		<u>21.556</u>	<u>(11.145)</u>	<u>10.409</u>	<u>13.982</u>

A movimentação do saldo do intangível foi assim constituída:

	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	18.189
Adições	80
Baixa	(488)
Amortização	<u>(3.799)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	13.982
Adições	117
Amortização	<u>(3.690)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>10.409</u>

Gastos com direito de uso de software, direito de passagem na constituição de faixa de servidão para as linhas de transmissão associadas à distribuição na área de concessão da Controlada ARE e direito de outorgas correspondente a 70% dos direitos das PCHs Água Limpa e Areia, adquiridos pela TEP conforme “Contrato Particular de Cessão de Direitos e Outros Pactos” firmado com RPE - Produtora de Energia Elétrica Ltda., deduzidos da amortização acumulada, calculada de forma linear pelo prazo remanescente de autorização, a partir da data de entrada em operação das PCHs.

O direito de autorizações, formado pela extensão das autorizações da resolução homologatória 14.896/2023, está sendo amortizado à taxa de 3,93% a.a. (5,46% a.a. em 2022) para AGL e 5,41% a.a. (6,93% a.a. em 2022) para ARE, de acordo com o período de vigência dos contratos de venda de energia, até 2045. Ver nota explicativa nº 1 para mais informações.

Na controlada CEC, os gastos com direito de uso de software são amortizados à taxa de 20% ao ano, enquanto o direito de passagem, formado pelo custo de constituição das faixas de servidão, está sendo amortizado à taxa de 15,03% ao ano, de acordo com o período de vigência dos contratos de venda de energia, até 2024.

15 Fornecedores

	Consolidado	
	2023	2022
Amazonia Transportes	-	530
Arapongas Mecânica Naval e Ind	3.465	-
Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia	529	2.104
Companhia Energética do Rio Grande do Norte	846	834
Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (a)	3.319	2.940
Engenharia São Patrício	-	103
Gera Geradora de Energia do Amazonas	-	85
Mam Engenharia Ltda	-	242
ONS Operador Nacional do Sistema Elétrico	4.125	4.041
Petrobras Distribuidora S.A.	-	425
Simple Energy Comercializadora S.A.	1.770	3.228
Sotreq S.A.	-	1
Vibra Energia S.A.	645	846
Wartsila (Brasil e Filândia)	4.994	1.441
Outros fornecedores	5.104	2.722
Total	<u>24.797</u>	<u>19.542</u>
Circulante	24.797	19.542

- (a) As controladas AGL e ARE aderiram à repactuação do risco hidrológico em 2016, fazendo opção pela transferência integral do risco hidrológico (SP100) ao Consumidor, mediante pagamento de prêmio de risco à Conta Bandeiras (gerida pela CCEE), no valor de R\$ 9,50/MWh (data-base de janeiro de 2015 anualmente atualizado pelo IPCA) até 15 de maio de 2045 (AGL) e 19 de agosto de 2045 (ARE).

16 Saldos e transações com partes relacionadas

	Ref.	Encargos incidentes	Controladora	
			2023	2022
			Passivo	Passivo
<u>Adiantamento para futuro aumento de capital</u>				
Jones Aranha de Sá	(a)	sem encargos	309	286
Total			309	286

- (a) Refere-se a instrumento particular de adiantamento para futuro aumento de capital assinado durante o ano de 2022, o qual será integralizado ao capital em 2024.

	Ref.	Encargos incidentes	Consolidado					
			2023			2022		
			Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Mútuo								
RPE - Produtora de Energia Elétrica	(a)	IGPM	-	-	(150)	11.116	-	1.670
Total			-	-	(150)	11.116	-	1.670
Conta corrente								
Jones Aranha de Sá	(b)	sem encargos	6.214	-	-	4.401	-	-
Total			6.214	-	-	4.401	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital								
Jones Aranha de Sá	(c)	sem encargos	-	74.490	-	-	12.609	-
Total			-	74.490	-	-	12.609	-
Circulante			6.214	-	-	4.401	-	-
Não Circulante			-	74.490	-	11.116	12.609	-
Total			6.214	74.490	-	15.517	12.609	-
Fornecimento de serviços								
Global Engenharia Ltda.	(d)	sem encargos	-	3.804	(37.378)	-	3.056	(38.257)
Total			-	3.804	(37.378)	-	3.056	(38.257)

- (a) Os valores registrados no ativo não circulante foram emprestados pela TEP em nome da RPE - Produtora de Energia Elétrica Ltda. às controladas indiretas PCHs de acordo com “Contrato Particular de Cessão de Direitos e Outros Pactos” firmado com RPE na aquisição da parcela de 70% sobre os direitos das outorgas das PCHs, corrigidos pelo IGP-M e sem vencimento previsto em contrato.
- (b) Montantes aportados para suprir a necessidade de capital de giro de Controladas.
- (c) Refere-se a instrumento particular de adiantamento para futuro aumento de capital assinado durante o ano de 2023, o qual será integralizado ao capital em 2025.
- (d) Refere-se a contrato de Operação e Manutenção - O&M da usina CEP, CEC e SFE.

Remuneração de dirigentes

A Empresa não remunera o pessoal-chave da Administração com benefícios de longo prazo ou opções de ações.

17 Empréstimos, financiamentos e debêntures

	Vencimento principal	Taxas efetiva	Consolidado				
			Encargos	Circulante	Não circulante	2023	2022
Bradesco S.A. Debentures (a)	dez/23	CDI +	-	-	-	-	131.039
(-) Custos de transação		2,56%a.a.	-	-	-	-	(1.818)
Subtotal			-	-	-	-	129.221
Banco do Brasil - CCB (b)	out/23	CDI +	-	-	-	-	66.335
(-) Custos de transação		2,33%a.a.	-	-	-	-	(427)
Subtotal			-	-	-	-	65.908
Banco Itaú BBA S.A. - debêntures (c)	mar/24	CDI +	279	33.231	-	33.510	-
(-) Custos de Transação		1,20%a.a.	-	(189)	-	(189)	-
Subtotal			279	33.042	-	33.321	-
Total			279	33.042	-	33.321	195.129
Circulante			279	33.042	-	33.321	195.129
Não circulante			-	-	-	-	-
Total			279	33.042	-	33.321	195.129

- (a) Em 25 de outubro de 2021, na controlada TEP, foi assinado o contrato de emissão referente a 76.500 debêntures (GFM) e 80.100 debêntures (GFT), emitidas na 1.^a emissão de série única com o Banco Bradesco BBI S.A. no valor de R\$1 cada, totalizando R\$ 76.500 (GFM) e R\$ 80.100 (GFT) com vencimento em 30 de novembro de 2023, e encargos financeiros correspondentes à variação do CDI mais 2,06% ao ano. Em 6 de dezembro de 2021 ocorreu o 1.^o aditivo ao contrato de debêntures, alterando a definição da Escritura de Emissão, em razão da convocação da espécie das debêntures para “com garantia real”. Em 10 de janeiro de 2022, ocorreu o 2.^o aditivo ao contrato de debêntures, em razão da incorporação das empresas GFM Participações S.A. e da GFT Participações S.A., conforme atos societários de 23 de dezembro de 2021, passando a TEP a ser a emissora das debêntures e, 1.^a e 2.^a emissão de série única da Companhia.

Na controlada SFE, em 29 de novembro de 2021, foi assinado o contrato de emissão referente a 138.000 debêntures, emitidas na 1.^a emissão de série única, com o Banco Bradesco BBI S.A no valor de R\$ 1 cada, totalizando R\$ 138.000, com vencimento em 15 de dezembro de 2023, e encargos financeiros correspondentes à variação do CDI mais 2,56% ao ano.

- (b) Na controlada CEM, a Cédula de Crédito Bancária (CCB) assinada em 2 de outubro de 2020 com o Banco do Brasil S.A. no montante de R\$ 165.000 para a viabilização da conversão dos motores para uso exclusivo de gás natural como combustível e substituição das dívidas junto ao BASA e SUDAM, com vencimento em 2 de outubro de 2023. Tem incidência de encargos financeiros correspondentes à variação do CDI mais juros fixos de 2,33% ao ano.
- (c) Em 25 de outubro de 2022, na controlada CEC, foi assinado o contrato de emissão referente a 144.000 debêntures, emitidas na 6.^a emissão de série única com o Banco Itaú BBA S.A. no valor de R\$ 1 cada, totalizando R\$ 144.000 com vencimento em 5 de março de 2024, e encargos financeiros correspondentes à variação do CDI mais 1,20% ao ano.

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está assim demonstrada:

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	323.162	224.186	547.348
Juros e variações monetárias provisionadas	44.477	-	44.477
Juros pagos, líquidos de bônus de adimplência	(48.001)	-	(48.001)
Amortização dos custos de captação	2.613	-	2.613
Transferências	224.186	(224.186)	-
Pagamentos de principal	(351.308)	-	(351.308)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	195.129	-	195.129
Captação de empréstimos	144.000	-	144.000
Juros e variações monetárias provisionadas	15.494	-	15.494
Juros pagos, líquidos de bônus de adimplência	(16.332)	-	(16.332)
Aquisição dos custos de captação	(1.075)	-	(1.075)
Amortização dos custos de captação	3.131	-	3.131
Pagamentos de principal	(307.026)	-	(307.026)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	33.321	-	33.321

Garantias e cláusulas contratuais restritivas - “covenants”

Companhia Energética Candeias

- Cessão Fiduciária de direitos creditórios originados de contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado (“CCEAR e Cessão Fiduciária de Recebíveis”) das UTEs (Global I e II).
- Alienação Fiduciária da totalidade das ações da Emissora (“Alienação Fiduciária de Ações”) de titularidade da GPE e dos acionistas minoritários.

Em 31 de dezembro de 2023, todos os *covenants* foram cumpridos.

18 Obrigações tributárias

	Consolidado	
	2023	2022
INSS serviços de terceiros	693	486
PIS - Programa de integração social	1.488	1.275
COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	6.876	5.923
PIS/COFINS/CSLL retidos	244	361
ICMS e DIFAL	3.563	3.199
Parcelamentos tributários	-	1.038
Outros tributos a recolher	576	231
Total	13.440	12.513
Circulante	13.440	12.227
Não circulante	-	286
Total	13.440	12.513

19 Provisão para processos judiciais

A Empresa é parte envolvida em ações cíveis, trabalhistas, tributárias e outras em andamento na esfera administrativa e judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas ações são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparadas pela opinião de consultores legais.

a) Os processos judiciais provisionados estão apresentados a seguir:

	Consolidado		
	Processos Trabalhistas	Processos cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	477	-	477
Adições	309	75	384
Saldo em 31 de dezembro de 2022	786	75	861
Reversões	(283)	-	(283)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	503	75	578

b) Passivos Contingentes

Os passivos contingentes correspondem a processos judiciais não provisionados, uma vez que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, baseado nos pareceres jurídicos. Os passivos contingentes são apresentados a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Processos Cíveis	300	154
Processos Trabalhistas	689	1.262
Processos Tributários	1.429	1.296
Total	2.418	2.712

c) Depósitos Judiciais

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Processos Cíveis	722	722
Processos Trabalhistas	80	81
Processos Tributários (a)	16.510	325
Total	17.312	1.128

(a) Mandado de Segurança Preventivo com Pedido Liminar no valor de R\$ 15.593, impetrado contra ato do Delegado da RFB em Manaus, requerendo a declaração de não incidência do IRPJ e CSLL sobre o valor recebido pela Companhia, referente aos juros de mora e correção monetária, em relação ao processo judicial nº 0046663-52.2011.8.07.0001

20 Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social subscrito e integralizado da Empresa no montante de R\$ 280.019 (R\$ 280.000 em 2022) está representado por 280.018 quotas iguais de valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada.

Acionista	2023		2022	
	Quantidade de ações	%	Quantidade de ações	%
Jones Aranha de Sá	280.011.494	99,997%	219.996.074	99,997%
Fox Participações Ltda.	-	-	5.926	0,003%
Manuela Callizo Aranha de Sá	2.354	0,001%	-	-
Marcela Callizo Aranha de Sá	2.354	0,001%	-	-
Jones Matheus Callizo Aranha de Sá	2.354	0,001%	-	-
Total	<u>280.018.556</u>	<u>100%</u>	<u>220.002.000</u>	<u>100%</u>

Cada quota dá direito a um voto nas deliberações da Reunião de Sócios. Os quotistas terão direito de receber dividendos obrigatórios de 25% do lucro líquido, calculado e ajustado nos termos da legislação societária.

Reserva legal

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido (quando aplicável) do exercício até o limite de 20% do valor do capital social, conforme artigo 193 da Lei n.º 6.404/76. A Empresa constituiu reserva legal de R\$ 5.943 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 11.843, em 2022).

Reserva de lucros retidos

A Empresa destinou à conta de reserva de lucros (lucro retido) o saldo remanescente do lucro líquido do exercício, no valor de R\$ 251.287 (R\$ 168.765, em 2022), observado o disposto no artigo 194 da Lei n.º 6.404/76.

Lucro por ações

O lucro básico diluído por lote de mil ações dar-se-á da seguinte forma:

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	340.992	236.863
Média ponderada de ações em circulação no período	<u>220.018</u>	<u>220.002</u>
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$	<u>1,550</u>	<u>1,077</u>

Dividendos

A Empresa adota a política contábil de registrar os dividendos e JSCP recebidos no fluxo de caixa das atividades de investimento, na demonstração dos fluxos de caixa.

A Empresa outorga aos seus acionistas o direito ao recebimento a cada exercício de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido anual, ajustado da seguinte forma:

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	340.992	236.863
Reserva legal	(5.943)	(11.843)
Base para dividendos	335.049	225.020
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	83.762	56.255

Dividendos mínimos obrigatórios a pagar

Conforme previsto no artigo 202 § 4.º da Lei n.º 6.404/76, a Empresa constituiu reserva especial de dividendos mínimos obrigatórios não distribuídos no montante de R\$ 83.762 (R\$ 56.255, em 2022), em função da situação financeira da Empresa. Estes dividendos serão distribuídos tão logo a situação financeira permitir.

Um resumo da movimentação da distribuição de dividendos em 2022 está apresentado a seguir:

<u>Deliberação</u>	<u>Natureza de remuneração</u>	<u>Valor deliberado</u>	<u>Valor por ação</u>
2023			
RS de 20 de janeiro de 2023	Dividendos Intermediários	165.000	0,589
RS de 04 de abril de 2023	Dividendos Adicionais	168.764	0,603
2022			
RCA 31 de março de 2022	Dividendos Adicionais	101.418	0,362
RS de 04 de abril de 2023	Dividendos Mínimos Obrigatórios	56.255	0,201

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo dividendos a pagar 2021	71.989	85.067
Dividendos propostos referente a 2021	101.418	134.283
Dividendos propostos referente a 2022	-	19.312
Juros sobre capital próprio de 2022	-	4.293
IRRF sobre juros sobre capital próprio	-	(644)
Dividendos mínimos obrigatórios de 2022	56.255	62.884
Dividendos pagos	(162.469)	(218.588)
Saldo dividendos a pagar 2022	67.193	86.607
Dividendos propostos referente a 2021	-	40.250
Dividendos propostos	333.764	379.098
Juros sobre capital próprio	-	3.152
IRRF sobre juros sobre capital próprio	-	(473)
Dividendos mínimos obrigatórios de 2022	83.762	89.299
Dividendos pagos	(376.331)	(475.147)
Saldo dividendos adicionais a pagar 2023	108.388	122.786

21 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e os valores refletidos no resultado do exercício é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	340.992	236.863	490.498	369.202
Alíquota combinada de IRPJ e CSLL (34%)	(115.937)	(80.533)	(166.769)	(125.529)
Diferenças temporárias e permanentes				
Adições	-	-	(9.356)	(8.214)
Exclusões	-	-	2.638	4.457
Ajuste decorrente da aplicação do pronunciamento técnico CPC	-	-	(2.035)	(1.516)
Compensação de base negativa e prejuízo fiscal	-	-	4.745	6.612
Atualização Saldo Recebido CCC	-	-	15.615	-
Demais adições e exclusões	115.937	80.533	33.663	24.012
Impostos correntes sobre lucro real	-	-	(121.499)	(100.178)
Efeito das controladas optantes pelo lucro presumido	-	-	(11.096)	(11.121)
Imposto de renda e contribuição social	-	-	(132.595)	(111.299)
Incentivos fiscais do imposto de renda	-	-	7.173	(4.358)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	66.043	52.015
Total de imposto de renda e contribuição social no resultado	-	-	(59.379)	(63.642)
Alíquota efetiva	0,00%	0,00%	12,11%	17,24%

22 Receita operacional líquida

	Consolidado	
	2023	2022
Receita de venda de energia (a)	213.929	165.279
Receita de venda de energia por disponibilidade (b)	724.718	684.205
Receita de aluguel	1.181	1.409
Deduções de venda		
Cancelamentos	(2.489)	-
PIS	(15.811)	(14.355)
COFINS	(72.839)	(66.124)
ICMS	(42.515)	(46.884)
P&D - Pesquisa e desenvolvimento	(8.285)	(7.469)
Total	797.889	716.061

- (a) Receita de venda de energia: refere-se à receita variável. Toda a energia firme gerada é transferida às Distribuidoras contratadas. O volume de energia a ser faturado é determinado pela medição física (geração) ajustada às perdas proporcionais relacionadas ao sistema, conforme informado pela CCEE. No último bimestre de 2023, devido ao elevado nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas e ao crescimento da disponibilidade de geração eólica e solar na região Nordeste, as usinas de geração flexível foram despachadas intermitentemente para atender ao Sistema Interligado Nacional (SIN) durante picos de demanda causados por ondas de calor, associados a períodos de baixa geração das fontes renováveis (solar e eólica). Com isto, as Companhias CEP, CEC e SFE obtiveram um aumento na receita de venda de energia gerada.

- (b) Receita com venda de energia por disponibilidade: refere-se à potência contratada (obrigações de desempenho ao longo do tempo), referente a receita fixa, reconhecida pelo contrato de disponibilidade da usina. Corresponde assim ao valor de remuneração anual das controladas apresentado no leilão, que inclui, na determinação do preço de venda e na receita auferida, a recuperação de alguns custos, dentre eles: (i) custo e remuneração do investimento (taxa interna de retorno); (ii) custos de conexão e uso do sistema de distribuição e transmissão; (iii) custos decorrentes do consumo de insumos e/ou combustível e da operação e manutenção da usina referente à geração inflexível; (iv) custos de seguros e garantias da usina; e (v) tributos e encargos diretos e indiretos necessários à execução do objeto dos CCEARs.

23 Custos e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Custos e despesas com pessoal e administradores	-	-	(80.236)	(77.351)
Depreciação e amortização	-	-	(90.679)	(92.030)
Custo de utilização do sistema de distribuição	-	-	(63.048)	(62.166)
Custos com manutenção e operação	-	-	(132.942)	(116.336)
Custos e despesas com seguros	-	-	(6.142)	(6.461)
Despesas com viagens e comunicações	(1)	(1)	(3.288)	(1.355)
Serviços de terceiros	-	-	(6.739)	(10.367)
Assessoria e consultoria	(9)	(46)	(21.197)	(13.436)
Tributos	(6)	(6)	(1.241)	2.043
Resultado de equivalência patrimonial	329.227	236.924	-	-
Outras despesas (receitas)	11.781	(8)	7.422	(335)
Total	340.992	236.863	(398.090)	(377.794)
Classificados como:				
Custos de operação e manutenção	-	-	(335.715)	(317.283)
Resultado de equivalência patrimonial	329.228	236.924	-	-
Despesas gerais e administrativas	(20)	(61)	(77.078)	(71.103)
Outras receitas operacionais, líquidas	11.784	-	14.703	10.592
Total	340.992	236.863	(398.090)	(377.794)

24 Resultado financeiro

	Consolidado	
	2023	2022
<u>Receitas financeiras</u>		
Rendimento de aplicações financeiras	8.981	10.596
Atualização Saldo de Lucros Inflacionários	-	77
Atualização Saldo Crédito Habilitado PIS/COFINS	2.544	8.895
Juros recebidos sobre contrato de mútuo	26	3.760
PIS e COFINS sobre receita financeira	(5.649)	(5.430)
Correção Receita Financeira Leasing - CPC 06 (a)	8.806	12.821
Receita Financeira Leasing - CPC 06 (b)	52.245	51.430
Variações cambiais positivas	158	196
Outras receitas financeiras, líquidas	909	1.953
Atualização Saldo Recebido CCC	50.753	-
Subtotal	118.773	84.298
<u>Despesas financeiras</u>		
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	(15.494)	(46.018)
Amortização de custo de captação	(3.131)	(2.613)
Juros sobre contrato de mútuo	(176)	(549)
Variações cambiais negativas	(5.502)	(2.235)
Outras despesas financeiras, líquidas	(3.771)	(1.948)
Subtotal	(28.074)	(53.363)
Total	90.699	30.935

- (a) Refere-se ao reconhecimento do ajuste a valor presente sobre o arrendamento.
- (b) Refere-se à atualização do arrendamento mercantil pelo IGP-M, conforme estabelecido em contrato.

25 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis de hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos não mensurados a valor justo, se o valor contábil for uma aproximação razoável do valor justo.

	Controladora	
	Custo amortizado	Total
<u>Ativos financeiros</u>		
Dividendos e juros sobre capital próprio	112.450	112.450
<u>Total</u>	112.450	112.450
	Controladora	
	Custo amortizado	Total
<u>Passivos financeiros</u>		
Dividendos à pagar	108.388	108.388
<u>Total</u>	108.388	108.388

	Consolidado			Níveis
	Custo amortizado	Valor Justo por meio do resultado	Total	
<u>Ativos financeiros</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	96.681	-	96.681	Nível II
Aplicações financeiras	-	-	-	Nível II
Contas a receber	180.865	-	180.865	-
Arrendamento mercantil a receber	-	83.588	83.588	Nível II
Outras contas a receber	12.124	-	12.124	Nível II
<u>Total</u>	289.670	83.588	373.258	
	Consolidado			Níveis
	Custo amortizado	Valor Justo por meio do resultado	Total	
<u>Passivos financeiros</u>				
Fornecedores	24.797	-	24.797	-
Empréstimos e financiamentos	-	33.321	33.321	Nível II
Dividendos à pagar	122.786	-	122.786	-
Outras contas a pagar	16.376	22.000	38.376	-
<u>Total</u>	163.959	55.321	219.280	

Estrutura de gerenciamento de risco

A Empresa e suas controladas apresentam exposição a risco advindo de instrumentos financeiros não derivativos. De acordo com as práticas contábeis adotadas, apresenta exposição aos seguintes riscos advindos dos ativos e passivos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado.

A Empresa e suas controladas possuem exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

A Administração tem responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos.

O Conselho de Administração tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Empresa e suas controladas.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais da Empresa e suas controladas estão expostas, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a conformidade com os limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e suas controladas.

A Empresa e suas controladas, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os empregados tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

A Controladoria supervisiona a forma como a Administração monitora o cumprimento das políticas e procedimentos de gerenciamento de risco da Empresa e suas controladas, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco.

As operações da Empresa e suas controladas estão sujeitas aos fatores de risco a seguir, porém não afetadas por eles:

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Empresa e suas controladas incorrerem em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Empresa e suas controladas.

Para mitigar esse risco, a Empresa e suas controladas adotam como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes e o acompanhamento das posições em aberto. Apesar de haver concentração de contas a receber e receitas decorrentes de clientes, a Empresa e suas controladas entendem que os riscos de inadimplência por parte desses clientes são baixos. No que tange às instituições financeiras, a Empresa e suas controladas somente realizam operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

A Empresa e suas controladas avaliaram seus históricos de recebimentos e não identificaram exposição ao risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contrato de garantias financeiras. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela CCEE, que, por sua vez, rateia a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Empresa e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. O objetivo da Empresa e suas controladas ao administrar a liquidez é garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a sua reputação.

A abordagem da Empresa e suas controladas na administração da liquidez é garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir suas obrigações que vencerem, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de afetar a sua reputação.

A previsão de fluxo de caixa é preparada e são monitoradas as previsões de contínuas exigências de liquidez. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida e de geração de caixa da Empresa e suas controladas, o que garante que possua caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período mínimo de sessenta (60) dias, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o efeito potencial de circunstâncias externas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

A Empresa e suas controladas possuem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas são monitoradas adequadamente e não limitaram a capacidade de condução do curso normal das operações.

A tabela a seguir analisa os ativos e passivos financeiros não derivativos da Empresa e suas controladas, por faixa de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento:

Passivos financeiros não derivativos	Cenário	Taxas	Controladora			
			Valor Contábil	Fluxo de caixa		
				contratual		
			12 meses			
Dividendos à pagar	Alta do IPCA	5,42%	108.388	114.261		
Total			108.388	114.261		

Passivos financeiros não derivativos	Cenário	Taxas	Consolidado			
			Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual		
				12 meses	24 meses	36 meses
Fornecedores	Alta do IPCA	5,42%	24.797	26.141	-	-
Empréstimos e financiamentos	Alta da CDI	13,30%	33.321	37.753	-	-
Dividendos à pagar	Alta do IPCA	5,42%	122.786	129.439	-	-
Outras contas a pagar	Baixa Selic	13,40%	38.376	37.102	1.339	4.592
Total			219.280	230.435	1.339	4.592

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos da Empresa e suas controladas ou o valor de seus

instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Empresa e suas controladas incorrerem em perdas ou ganhos por conta das flutuações no câmbio no resultado financeiro, relativos à aquisição de peças em outras moedas.

Taxa de câmbio

Esse risco decorre das flutuações nas cotações de moedas estrangeiras, que podem resultar em perdas devidas a compromissos em moeda estrangeira. A controlada CEA possui compromissos em valores significativos de compras contratadas em moeda estrangeira. Para mitigar esse risco, foram assinados Contratos de Negociação de Termo de Moeda. Em 2023, as controladas registraram uma variação cambial líquida negativa consolidada de R\$ 5.344 (negativa em 2022, de R\$ 2.039).

Taxa de juros

Decorre da possibilidade de perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado, ou diminuam a receita financeira relativa às aplicações financeiras da Empresa e suas controladas. Para mitigar esse tipo de risco, a Empresa e suas controladas vêm negociando os empréstimos e financiamentos correntes com o objetivo de obter taxas de juros de longo prazo condizentes com o retorno esperado do negócio e centralizando seus investimentos em operações com taxa de rentabilidade que acompanham a variação próxima do CDI (certificado de depósito bancário) e fundos de renda fixa.

Análise de sensibilidade de variação nas taxas de juros

Para efeito de análise de sensibilidade e utilizando os saldos de aplicações financeiras e de empréstimos, financiamentos e debêntures em 31 de dezembro de 2023, a Empresa e suas controladas oferecem o cenário I (provável) a partir das expectativas de mercado para a média na taxa básica de juros em 2023. Na projeção do cenário II (possível), esta média foi aumentada em 25%, e para o cenário III (remoto), aumentada em 50%.

		Consolidado							
Modalidade	Risco	Cenário			Contábil	Saldo			
		Provável I (*)	Possível II 25%	Remoto III 50%		Provável I	Possível II 25%	Remoto III 50%	
Passivo - Empréstimos e financiamentos									
Banco Itaú BBA S.A. - debêntur	Alta do CDI	13,30%	16,63%	19,95%	(33.321)	(37.753)	(38.861)	(39.969)	
Total empréstimos e financiamentos					(33.321)	(37.753)	(38.861)	(39.969)	
Ativo - Partes relacionadas									
Contratos de mútuo	Baixa do IGP-M	4,07%	3,06%	2,04%	11.116	11.569	11.456	11.342	
Total ativo partes relacionadas					11.116	11.569	11.456	11.342	
Ativo - Aplicações financeiras									
Caixa Econômica Federal	Baixa do CDI	9,40%	7,05%	4,70%	91	100	97	95	
Banco do Brasil S.A.	Baixa do CDI	9,40%	0,00%	0,00%	20.095	21.984	20.095	20.095	
Banco Santander S.A.	Baixa do CDI	9,40%	7,05%	4,70%	3.200	3.501	3.426	3.350	
XP Investimentos CCTVM S/A	Baixa do CDI	9,40%	7,05%	4,70%	44.668	48.867	47.817	46.767	
Banco Itaú	Baixa do CDI	9,40%	7,05%	4,70%	8.312	9.093	8.898	8.703	
Banco Bradesco S.A.	Baixa do CDI	9,40%	7,05%	4,70%	20.147	22.041	21.567	21.094	
Total depósitos bancários vinculados					96.513	105.586	101.900	100.104	
Total líquido					63.192	67.833	63.039	60.135	
* Fonte: Banco Santander					Efeito líquido no resultado	-	4.641	(153)	(3.057)

Gestão do capital social

O capital social é dividido em ações ordinárias pertencentes aos acionistas, representados por pessoas físicas e jurídicas. O objetivo principal da administração de capital da Empresa e suas controladas é assegurar que esse mantenha uma classificação de crédito forte e livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor dos acionistas.

Política de preços (ambiente regulatório)

Para CEM

Existe um contrato bilateral entre a controlada CEM e a Eletronorte de fornecimento do que é enquadrado como arrendamento mercantil financeiro. A controlada CEM não possui proteção para esse tipo de risco, mas entende que qualquer mudança no atual contrato deverá contar com a anuência de ambas as partes.

Para AGL e ARE

O contrato de fornecimento de energia elétrica foi celebrado no ambiente regulatório, no âmbito do Proinfa com a Eletrobras. As controladas não têm proteção para esse tipo de risco, mas entende que qualquer mudança no atual contrato deverá contar com a anuência de ambas as partes e do órgão regulador Aneel.

Para CEC, CEP e SFE

Existem contratos de comercialização de energia no ambiente regulado celebrado com as distribuidoras, com prazo de vencimento inferior a 60 dias e venda de energia no Mercado de Curto Prazo ("MCP"), na modalidade *spot*. As controladas não têm proteção para esse tipo de risco, mas entende que qualquer mudança no atual contrato deverá contar com a anuência de ambas as partes e do órgão regulador Aneel.

Quanto à escassez de combustível

CEM: A geração de energia pela CEM ocorre por meio de Usinas Térmicas a Gás Natural (UTE). A Eletronorte é responsável pelo fornecimento do gás natural, e a CEM apenas consome

esse gás para a geração de energia. Como a responsabilidade pelo fornecimento de combustível recai sobre a Eletronorte, a CEM não considera haver riscos relevantes que justifiquem o reconhecimento de perdas nesse sentido.

CEP e CEC: As controladas possuem contratos de promessa de compra e venda para a comercialização de óleo diesel (CEP) e óleo combustível (OCB1) (CEC) com a Vibra (ex-Petrobras Distribuidora S.A.). Esses contratos são firmados em caráter de exclusividade e têm vigência igual aos contratos de fornecimento de energia. Conforme estabelecido em contrato, a Vibra assegura o fornecimento de combustível na quantidade necessária para garantir a geração de energia de forma contínua, em caso de despacho pelo Operador Nacional do Sistema (ONS), sujeitando-se a penalidades (multas) caso não atenda ao volume requisitado. As Companhias não identificam riscos relevantes que justifiquem o reconhecimento de perdas nesse cenário.

As controladas AGL e ARE adotam medidas para mitigar os riscos associados:

- Adesão ao MRE: um consórcio nacional das geradoras de energia proveniente de fonte hidráulica. Esse mecanismo permite que, em caso de uma das geradoras não conseguir suprir a energia contratada devido à escassez hídrica, o consórcio forneça a energia complementar necessária. Além disso, o excesso de geração é disponibilizado ao consórcio.
- Repactuação do Risco Hidrológico: Em 2016, as controladas repactuaram o risco hidrológico, transferindo para o consumidor o risco de escassez hídrica mediante o pagamento de um prêmio de risco. Considerando essas medidas, as controladas AGL e ARE entendem que não há riscos associados em 2023 devido ao saldo positivo resultante das estratégias adotadas para lidar com a escassez de chuva.

Instrumentos financeiros derivativos

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a controlada CEA assinou Contratos de Negociação de Termo de Moeda para proteção da exposição cambial no montante de US\$ 34.662 (R\$ 165.278 valor convertido conforme contratos) com vencimento final em 30 de julho de 2025. A CEA pretende contratar o saldo remanescente até dezembro de 2024.

26 Compromissos assumidos

Em 31 de dezembro de 2023, a CEA possuía contratos de longo prazo firmados em montante anual estimado de R\$ 272.171 para fornecimento das turbinas a gás e a vapor com vencimento até 30 de dezembro de 2026.

27 Transações que não afetaram o caixa e equivalentes

As principais transações que não afetaram o caixa estão descritas a seguir:

Exercício de 2022 (Consolidado)

- Compensação de impostos a pagar com impostos a recuperar no montante de R\$ 2.570 (AGL), R\$ 1.959 (ARE) e R\$ 32.037 (CEM).
- Dividendos mínimos propostos no montante de R\$6.525 (AGL) e R\$4.665 (ARE).
- Compensação de impostos a pagar com impostos a recuperar no montante de R\$ 14.129 (CEC).
- Provisão para dividendos mínimos obrigatórios não distribuídos no montante de R\$ 17.350(CEC).

Exercício de 2023 (Consolidado)

- Compensação de impostos a pagar com impostos a recuperar no montante de R\$412 (AGL), R\$ 1.682 (ARE) e R\$ 20.825 (CEM).
- Saldo de dividendos a pagar de 2023 no montante de R\$ 8.546 (AGL), R\$ 6.052 (ARE) e R\$ 20.000 (CEM).
- Compensação de impostos a pagar com impostos a recuperar no montante de R\$ 9.268 (CEC).
- Transferência de ativo imobilizado para estoque no montante de R\$ 3.292 (CEC).

28 Eventos subsequentes

Contrato assinado com a NEM Energy B.V. para fornecimento de duas caldeiras recuperadoras de calor e respectivos sistema de by-pass no montante total de R\$ 62.929, com vencimento até 30 de setembro de 2025 (CEA).

A RCA de 2 de janeiro de 2024 aprovou a declaração e pagamento de dividendos intercalares de R\$ 20.000 (TEP).

AGE de 5 de fevereiro de 2024 aprovou a declaração e pagamento de dividendos intermediários referentes ao exercício social de 2023 de R\$ 30.000 (SFE).

Em 5 de março de 2024 a totalidade das debêntures foi quitada (CEC).

Em 15 de janeiro de 2024 declaração de dividendos intermediários de R\$ 73.836 (Cume).